

# A NOÇÃO DE HISTORIOGRAFIA DE J. G. A. POCOCK NA ÓRBITA DAS HUMANIDADES: OU SOBRE O OFÍCIO DO HISTORIADOR ENTRE A ONTOLOGIA E A AÇÃO POLÍTICA

## THE CONCEPT OF HISTORIOGRAPHY OF J. G. A. POCOCK IN THE ORBIT OF HUMANITIES: AN INVESTIGATION ON HISTORIOGRAPHY BETWEEN ONTOLOGY AND POLITICAL ACTION

Bruno Santos ALEXANDRE\*

**Resumo:** Trata-se, nesse artigo, de uma investigação acerca da noção de historiografia a partir das contribuições de J.G.A. Pocock. Nesse sentido, o presente trabalho reúne fortes indícios de que (I) a autonomização da história do pensamento político com relação à filosofia e à teoria política vem acompanhada de (II) um patente movimento de historicização destas duas últimas. É o que, em movimento reflexo, e estabelecendo uma relação não de subsunção senão de enredamento recíproco, (III) solicita à própria historiografia em *tomar parte de e ser implicada por*: uma ontologia (o ser que pode ser conhecido) e uma teoria da ação (como e por qual razão agir).

**Palavras-chave:** J. G. A Pocock; historiografia; contextualismo linguístico; virada linguística; filosofia da práxis.

**Abstract** This article investigates the concept of historiography in the work of J.G.A Pocock. The main argument is that, for Pocock, (I) the autonomy of the history of political thought in relation to philosophy and political theory is contemporary of (II) a historicization of the latter two. In a reflex movement and by establishing a relationship not of subsumption but of mutual entanglement, (III) this urges historiography to *take part of and be compromised by* an ontology (the being that can be understood) and a theory of action (how and why to act).

**Keywords:** J. G. A Pocock; historiography; linguistic contextualism; linguistic turn; philosophy of praxis.

"Em memória de Esmeralda Blanco B. de Moura, minha prima historiadora".

*Contextualismo linguístico e historiografia*

---

\* Doutor em Filosofia - Programa de Pós-graduação em Filosofia - Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, SP - Brasil. E-mail: brunosalexandre@gmail.com.

Em 1962, em seu artigo “The history of political thought: a methodological inquiry”, Pocock afirma que na investigação da história do pensamento político é crucial começar pela distinção da abordagem do filósofo daquela do historiador. Ele diz:

o filósofo está interessado no pensamento na medida em que possa ser explicado estritamente pela razão, e em estabelecer os limites com os quais isso pode ser realizado. O historiador está interessado no pensamento dos homens sobre a política, da mesma forma com que se interessa pelo modo com que lutam ou cultivam alimentos, ou de que modo fazem qualquer outra coisa, ou seja, enquanto comportamento de indivíduos inseridos na sociedade, cujo registro pode ser estudado através do método da reconstrução histórica, a fim de deslindar a maneira e o mundo em que viveram e por que se comportaram neste mundo de tal ou qual forma (POCOCK, 2009b, p. 9. Tradução do autor<sup>1</sup>)<sup>2</sup>.

Precisamente, o que Pocock planeja no mencionado artigo é sublinhar uma ameaça iminente a todo investigador interessado no estudo da história do pensamento político. Nomeadamente, a ameaça de assumir o papel metodológico radicalmente a-histórico que restaria àquele intérprete interessado exclusivamente pelo “mais alto nível de abstração possível” (POCOCK, 2009b, p. 9. T.A.)<sup>3</sup>, “ainda incapaz de adotar um método que reconheça a existência de diferentes níveis de abstração do pensamento” (POCOCK, 2009b, p. 8-9. T.A.)<sup>4</sup>, por isso, “prisioneiro de um método que o condena a explicitar o pensamento político apenas na medida em que possa ser apresentado como teoria política sistemática ou filosofia” (POCOCK, 2009b, p. 9. T.A.)<sup>5</sup>. Tal como se fosse possível – essa é a crítica – que as ações da humanidade na história pudessem ser subsumidas e colhidas através de algum atributo imutável, no sentido da “mais alta coerência racional possível” (POCOCK, 2009b, p. 9. T.A.)<sup>6</sup>.

Porém, faz-se necessário compreender muito pontualmente a que espécie de filósofo Pocock assim se dirige. Porque, mediante palavras como essas, ele pretende criticar uma leitura filosófica tão somente *interna* dos textos: que se preocupa única e exclusivamente com a coerência racional dos argumentos, em expor o sistema de um determinado autor, fiando-se numa distinção rígida entre texto e contexto. Em outros termos, Pocock procura convencer de que a simples leitura (e releitura) exaustiva dos textos da tradição não corresponde à melhor abordagem de assimilação das ideias em debate no espaço público. Interpretar textos, de acordo com ele, pede outra coisa que um filosofar textualista: exige, inversamente, como sua tarefa primeira, o caminho do texto (de sua estrutura interna) ao contexto (a tudo que lhe circunda). Donde se

depreende, em uma primeira camada metodológica, a tarefa do historiador como aquela na qual o estudo dos conceitos deve se submeter ao estudo dos contextos.

Até aí nenhuma grande novidade com relação à metodologia de historiadores da política como J. H. Hexter (Cf. HEXTER, 1957) e Marcia Colish (Cf. COLISH, 1971), tal qual Pocock, sobremaneira interessados no estudo de Nicolau Maquiavel. A precisa inovação metodológica de nosso autor é que a noção de *contexto* não poderá ir doravante sem a resoluta adjetivação de contexto *linguístico*. Com Pocock, desponta um método contextualista em que se solicita do historiador tornar-se especialmente “familiarizado com as diferentes linguagens de discussão que estavam em uso e com os diferentes níveis de abstração que normalmente as implicavam, apto então a aferir em qual linguagem e em qual nível uma dada controvérsia foi conduzida ou dado pensador desenvolveu suas ideias” (POCOCK, 2009b, p. 18. T.A.)<sup>7</sup>.

Em 1987, aprofundando essa trilha de pensamento, Pocock compõe uma de suas mais relevantes contribuições ao debate: “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática”. Para os que se querem historiadores contextualistas, a mensagem do artigo é transmitida sem rodeios: devem se certificar que as ideias em questão se encontravam disponíveis a todo discurso possível quando de sua enunciação, pois “para cada coisa a ser dita, escrita ou impressa deve haver uma linguagem na qual ela possa ser expressa” (POCOCK, 2003a, p. 64). Mas o principal no que concerne à noção de linguagem, nesse caso, é que ela não se resume a estruturas diferenciadas de escrita e fala (como inglês, português, hebraico, etc.) – isto é, línguas. O que Pocock tem realmente em mira é o que chama de sublinguagens: “retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagens distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, condições, implicações, tom e estilo” (POCOCK, 2003a, p. 65).

Sem demora, tais palavras de Pocock fazem surgir a seguinte indagação em alguns dos seus leitores: caminhando por essa via contextualista, não se corre o risco de tomar a linguagem enquanto um mero espelhamento da realidade social? Interlocutores como Mark Bevir (Cf. 1996) mesmo acusam Pocock de, com isso, realizar a transição da crítica radical ao textualismo à defesa (não menos radical) de um contextualismo (a determinação do contextual sobre o textual). De minha parte, não tenho certeza de que seja isso o que ocorre na edificação metodológica contextualista. Pois o jogo entre o que Pocock entende por “*langue*” (um idioma ou paradigma) e “*parole*” (a fala ou enunciação) não adota apenas o trajeto da linguagem (sua potência) para a enunciação

(seu ato). Como esclarece o historiador: “a linguagem determina o que nela pode ser dito, mas ela pode ser modificada pelo que nela é dito. Existe uma história que se forma nas interações entre *parole* e *langue*” (POCOCK, 2003a, p. 64).

Pelo momento, o que importa vislumbrar em maior detalhe é como essa preocupação com *linguagens* reflete uma metodologia específica: a prática de historiador do pensamento político. É o que me dedicarei a delinear ao longo da primeira seção do presente artigo.

Em 1971, em “Languages and their implications: the transformations of the study of political thought”, Pocock acautela que, no processo de confirmação se as nossas hipóteses historiográficas de fato concordam com os contextos de nossos objetos de estudo, o historiador do pensamento político precisa estar notadamente atento a duas possibilidades primárias relacionadas às performances e atitudes dos próprios sujeitos históricos sob sua investigação. O historiador precisa desenvolver a capacidade de traçar a diferença entre o que os sujeitos envolvidos em dado tempo e com dadas ideias têm por (a) explícito em sua narrativa ou então por (b) implícito. O primeiro caso (a) é algo do que o próprio sujeito sob a análise do historiador demonstra possuir consciência e, desta feita, notoriamente ser capaz de explicitar em seus atos de discurso. Já o segundo caso (b) é algo de que certamente o sujeito sob a análise do historiador lança mão em suas argumentações – um “padrão de implicação” (*pattern of implication*) –, mas acerca do que ele não possui plena consciência teórica. Um problema que será então explicitado apenas em épocas vindouras e por outros sujeitos (Cf. POCOCK, 1971, p. 33-34). O pesquisador de disposição contextualista precisa, portanto, estar seguro que as linguagens trazidas à tona no seu inquérito histórico representam descobertas do passado e não invenções ou simples impressões – assim se apresenta seu primeiro lema de atuação.

De modo a evitar a armadilha do que seria um anacronismo, Pocock propõe mais uma subdivisão metodológica. Essa ainda mais crucial, porquanto diz respeito às atitudes e performances do próprio historiador. A nova subdivisão é entre: (a) um *momento arqueológico*: uma espécie de mapeamento das linguagens em uso no contexto histórico pelo qual o historiador se interessa e (b) um momento da interpretação propriamente dita. No primeiro momento, o historiador reúne todas as forças possíveis para familiarizar-se com as *langues* disponíveis e, no segundo momento, realiza o caminho inverso, da *parole* à *langue*.

No que toca ao primeiro momento (o arqueológico), assegura Pocock que “a confiança do historiador que uma ‘linguagem’ não é um produto de sua própria mente” (POCOCK, 2003a, p. 71) aumentará na medida em que ele adote o seguinte protocolo, composto por seis princípios metodológicos.

(a) na medida em que ele puder demonstrar que diferentes autores operaram diferentes atos na mesma linguagem, respondendo uns aos outros por meio dela e empregando-a como medium e como modo de discurso; (b) na medida em que ele puder demonstrar que cada qual discutiu o uso que os demais fizeram dela, que eles inventaram linguagens de segunda ordem para criticar seu uso e que a identificaram, verbal e explicitamente, como uma linguagem que estavam utilizando (isso pode ser chamado de teste de Monsieur Jourdain<sup>8</sup>); (c) na medida em que ele puder prever as implicações, as insinuações, os efeitos paradigmáticos, as problemáticas, etc. que o uso de uma determinada linguagem teria acarretado em situações específicas, e mostrar que suas previsões se realizaram ou, mais interessantemente, foram desmentidas (isso pode ser chamado de teste experimental); (d) na medida em que ele vivenciar surpresa, seguida de satisfação, diante da descoberta de uma linguagem familiar em lugares em que não esperaria encontrá-la (isso pode ser chamado de teste da intuição afortunada); (e) na medida em que ele deixar de considerar linguagens não disponíveis para os autores sob sua análise (o teste do anacronismo) (POCOCK, 2003a, p. 71).

E no que toca ao segundo momento (da investigação histórica em si mesma), Pocock afirma que tal é a ocasião em que o historiador ultrapassará a arqueologia por concentrar-se em examinar de que maneira “a *parole* agiu sobre a *langue*”, seja para confirmá-la ou para modificá-la. Nesse segundo estágio metodológico, o historiador deve não apenas levantar a diversidade de idiomas com os quais certo texto foi escrito e articulado, senão também avaliar como cada um deles constituiu “um modo convencional de enunciação” e exerceu “uma força paradigmática” (POCOCK, 2003a, p. 75).

Sintetizando o movimento metodológico ora em tela, percebe-se que da reconstrução do mosaico de linguagens do contexto no qual surgiu o texto, aflora o compromisso de reconstruir o mosaico interno a esse mesmo texto – destacando-se, assim, no plano da correlação entre *parole* e *langue*, a “variedade de atos de fala que texto e autor podem ter visado e/ou realizado” (POCOCK, 2003a, p. 75).

À vista de tudo disso, convém perguntar: que lugar restaria à filosofia no grande quadro das ciências humanas? É o que tematizo na próxima seção do artigo, ocasião em que passo a examinar as seminais relações de Pocock para com uma filosofia

profusamente diferente àquela por ele criticada na abertura dessa seção – agora, uma filosofia que se quer não-sistemática ou não-abstrata, qual seja, a filosofia da chamada virada linguística.

### *Filosofia e historiografia*

Por volta de 1971, em seus escritos concernentes à temática metodológica, Pocock exprime-se em tons deveras otimistas com relação à possibilidade de sugerir um perfeito paralelismo entre a metodologia da história do pensamento político que ele pratica e a metodologia da história do pensamento científico praticada por Thomas Kuhn. Pocock então se amparava na ideia de que o principal objetivo de ambas as reflexões seria de revelar paradigmas: sua manutenção ou ruptura como elemento subjacente às teorias e debates políticos ou científicos. Ele se encontrava profundamente interessado no conceito de paradigma como

uma construção mental e linguística, capaz de aparecer com dramaticidade repentina, a qual não apenas supria as respostas para as perguntas, mas inclusive determinava quais questões e tipos de questões poderiam ser feitos – à exclusão e obstrução de outros –, e assim ditava o curso da investigação científica. Ditava mesmo a estrutura e caráter de comunidades de investigadores científicos, até o tempo em que o ‘paradigma’ se desintegrasse e fosse substituído por outro, num processo suficientemente dramático para receber o nome de ‘revolução’ (POCOCK, 2009a, p. XI-XII. T.A.)<sup>9</sup>.

É bastante conhecida a divisão arrazoada por Kuhn, em seu famoso livro “A estrutura das revoluções científicas” (Cf. KUHN, 1962), entre um período normal da ciência e um período revolucionário. No dito período da ciência normal, o paradigma hegemônico da ocasião pautaria toda e qualquer concepção e teorização, de maneira a informar não somente as respostas, bem como as próprias questões que poderiam ser erigidas acerca dos problemas que interessam à prática científica. Do alto de sua padronização teórica e conceitual, o paradigma vigente chegaria mesmo a designar a “atribuição e definição da autoridade entre os indivíduos e grupos que compõem a ‘comunidade científica’” (POCOCK, 1971, p. 12. T.A.)<sup>10</sup>. Já o dito período da revolução científica é aquele em que os paradigmas não mais satisfariam ou concordariam com os modelos conceituais propostos pela maior parte dos investigadores da comunidade. É quando se descobre que o paradigma em questão não mais se prova apto a solucionar uma considerável gama dos problemas. É algo que

talvez seja ainda mais sintomático para o argumento de Kuhn: as próprias interrogações estabelecidas pelo antigo paradigma delatam-se a si mesmas como problemas sem solução, devido a uma má compreensão das questões científicas como tais. Revoluções do pensamento científico têm assim lugar, sumariza Pocock, nas oportunidades em que “alguma coisa aconteceu de modo a necessitar uma redefinição dos problemas a serem resolvidos, uma reordenação e redefinição da disciplina em si mesma” (POCOCK, 1971, p. 12). Por sua vez, isso abriria caminho para “uma nova estrutura paradigmática, uma nova linguagem e uma nova distribuição da autoridade dentro da comunidade científica” (POCOCK, 1971, p. 12. T.A.)<sup>11</sup>.

Ora, o que Pocock entende aqui, com o auxílio de Kuhn, por *paradigma* é o que, em “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*”, ele dilucidava como sublinguagens. Vale repetir: “retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagens distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, condições, implicações, tom e estilo” (POCOCK, 2003a, p. 65). Como afirma Hans-Georg Gadamer, seguindo uma via de pensamento semelhante à de Kuhn e Pocock, porém em chave ontológica: “o ser que pode ser compreendido é linguagem” (GADAMER, 2015, p. 612). Pocock me parece corroborar essa tese central da filosofia da virada linguística – uma nova modalidade filosófica, dotada de uma nova ontologia.

Em larga síntese, o que principalmente acontece na chamada virada linguística é a renúncia à crença de que na emissão de nossos enunciados categoriais nós assim o fazemos porquanto fomos capazes de desenvolver um acesso metodológico privilegiado à realidade em si mesma – acesso este que nos possibilitaria constatar as essências de nossos objetos do conhecimento (as propriedades inexoráveis das coisas). Quer dizer, com essa renúncia, os autores associados à virada bradam duvidar de qualquer acesso imediato aos fatos – seja da ordem de um intelectualismo inatista (do conhecimento *como* as ideias), seja da ordem de um realismo (da realidade das coisas *como* o extramental). Ajuízam os adeptos da virada que, nesse novo enquadramento filosófico, requer-se demarcar o recurso à linguagem como objeto filosófico primordial. E por que a linguagem? É que a anterioridade da linguagem sobre as ideias (sujeito) e o mundo (objeto) viria acompanhada do adágio argumentativo do *conhecimento como ação*: do elemento incondicionado do conhecimento (isto é, de seu fundamento) *como* a própria mediação enunciativa do sujeito às coisas. Da linguagem em seu aspecto de jogo, contrariamente à descoberta de um possível idioma dos idiomas (uma semântica universal). Fundamental para esse arcabouço teórico é a marcante e revolucionária

asserção de Ludwig Wittgenstein (o chamado *segundo Wittgenstein*), segundo a qual as palavras são ações. Isso quer dizer que o uso da palavra, sentenças e símbolos, incorpora-se num contexto prévio, numa visão pragmática do significado e da linguagem, caindo sob o conceito de significado definido como um jogo de linguagem. Wittgenstein disponibiliza assim uma justificação filosófica não-essencialista para o preceito metodológico da linguagem enquanto *anterior* ao sujeito e ao mundo. Em suas próprias palavras, “o termo ‘jogo de linguagem’ deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade [e não de uma contemplação isenta e neutra] ou de uma forma de vida [de uma práxis: do que se produz a si mesmo]” (WITTGENSTEIN, 1984, p. 18. Colchetes meus).

E se a linguagem é antes um jogo do que uma semântica universal, ou seja, uma pragmática e uma ação, epíteto para um contexto contingente e prévio, não se passaria justamente assim por efeito de, em grande medida, uma historicização (desnaturalização) da filosofia (do ser que pode ser compreendido)? Noutros termos, não seria o filósofo, e todo sujeito em “plena consciência da historicidade de todo presente e relatividade de toda opinião” (GADAMER, 2006, p. 17), por assim dizer, um *agente de ação* (de práxis, política) *historiográfica*? Ao que tudo indica, sim. Daí, no horizonte da virada linguística, uma diferença de *ênfase* e não de *conteúdo* entre as tarefas do historiador e do filósofo. O historiador reconstrói uma história tanto quanto adota uma posição universal, ao passo que o filósofo adota uma posição universal tanto quanto reconstrói uma história. O ponto é: enquanto o primeiro se dedica *mais* em explicitar a universalidade do “processo de confronto [que] permite que o novo venha à luz pela mediação do antigo, constituindo assim um processo de comunicação cuja estrutura corresponde ao modelo do diálogo [linguisticidade]” (GADAMER, 2006, p. 14. Colchetes meus), o segundo se dedica *mais* em explicitar a particularidade (a reconstrução dos contextos) de toda e cada mediação entre o novo e o antigo.

Pois bem, a principal intenção do presente trabalho é desenvolver algumas suspeitas tipicamente levantadas pelo ofício de historiador. Questiono-me, especificamente, sobre quais seriam as consequências de, nesse momento, recordar que a posição *universalista* filosófica da virada linguística – com a qual Pocock não parece discordar e por mais inovadora que seja – igualmente possui uma história, um devir *em particular*. Mais precisamente, a aposta do presente artigo é que as contribuições intelectuais de Pocock fornecem profícuo material para essa missão, a qual por ele

mesmo não foi executada. Tenho em mente duas problemáticas que, à luz da obra deste autor, penso ser possível elaborar:

- Como todos os outros acontecimentos humanos, a posição filosófica é também ela *política: mais uma* das atividades mundanas (uma prática, uma decisão) antes do que um segmento da espontaneidade da natureza.

- No caso específico da posição filosófica da virada linguística, contudo, trata-se de um acontecimento *político-historiográfico*: aparentado, pois, ao surgimento da historiografia, de uma tomada de decisão com relação a nosso próprio passado, da história de como contar a história pontualmente a partir da desnaturalização das nossas ações. Ou, enunciado de modo bem menos elegante, da tomada da ação como... ação. Como história, apenas.

Procuremos, nas páginas que se seguem, compreender melhor essa complexa temática.

#### *Da linguagem e do paradigma bem entendidos*

Em 1971, ao fazer referência à mencionada virada linguística e às suas reverberações na historiografia do pensamento político, Pocock enuncia que “a transformação que estamos vivendo pode ser descrita como a emergência de um método genuinamente autônomo [com relação a ideias ou disciplinas pretensamente totalizantes], que oferece [por isso] meios de tratar o fenômeno do pensamento político estritamente como fenômeno histórico” (POCOCK, 1971, p. 11. Colchetes meus. T.A.)<sup>12</sup>. Pocock não se furta em balizar o surgimento de um novo historiador da política pelas linhas demarcatórias da virada linguística, uma nova filosofia. Ele diz: “a subversão da filosofia política pela análise linguística auxiliou a libertar a história do pensamento político ao convertê-la de uma história da sistematização (‘filosofia’ no antigo sentido) num uso linguístico e sofisticado (‘filosofia’ num sentido novo)” (POCOCK, 1971, p. 12. T.A.)<sup>13</sup>. Na virada dos anos 1960 a 1970, continua ele,

estamos começando a ver os primeiros raios da luz histórica; e uma vez que foi enfatizado que muito da prévia confusão se originou em tomar as funções do historiador pela do filósofo, é gratificante registrar que a análise filosófica foi a agência que começou a liberar o historiador para perseguir seu próprio método (POCOCK, 1971, p. 11. T.A.)<sup>14</sup>.

Nesse cenário, ergue-se o objeto privilegiado por Pocock em seus estudos, tanto em termos metodológicos (a *forma* da investigação), como em termos de estudos acerca de eventos históricos específicos (os *acontecimentos* investigados sob certa forma metodológica) – em ambos os casos, o tema é a historiografia. Em seus estudos *formais* (isto é, metodológicos), o tema de como elaborar uma historiografia da política. E em seus estudos de *acontecimentos* (isto é, acerca de eventos históricos específicos), a investigação do entrecruzamento entre os próprios temas da política e da historiografia em determinados autores da tradição (como Maquiavel). Em suas palavras:

o que eu comecei a entender era que, primeiro, o argumento político – parte do que é livremente denominado por ‘pensamento político’ – foi conduzido numa pluralidade de linguagens e consistia numa pluralidade de atos de linguagem, todos juntos constituindo a ‘história do pensamento político’; em segundo lugar, entendi que ao menos uma dessas ‘linguagens’ era uma linguagem do argumento histórico, constituindo junto com outras um discurso da história ou ‘historiografia’. Portanto, eu abri uma lacuna entre ‘pensamento político’ e ‘teoria política’ ou ‘filosofia’, e ao mesmo tempo iniciei a pensar a história/historiografia como uma forma de ‘pensamento político’ e um elemento constituinte dessa própria história (POCOCK, 2009a, p. VIII. T.A.)<sup>15</sup>.

Baseando-se no excerto acima, creio ser possível afirmar que a metodologia contextualista-linguística (a *forma* do estudo) disponibiliza-se no arsenal linguístico de Pocock uma vez que possibilitada por uma ação política de tipo historiográfico (uma espécie de linguagem básica ou mínima da historiografia). Consoante ao que o próprio autor explica no supracitado excerto: o *acontecimento* da “história/historiografia como uma forma de ‘pensamento político’”. Ou ainda, a forma metodológica contextualista-linguística como produto de um evento histórico *em particular*: o marco de nascimento de uma ação historiográfica. Mas necessário é ressaltar (o excerto igualmente o evidencia): nada disso (historiografia, política, método contextualista, nem mesmo filosofia) deixa de ser linguagem – que é toda realidade (o mundo) a que temos acesso. Sendo assim, há linguagem sobre a linguagem (filosofia); linguagem sobre o passado (historiografia); linguagem sobre a ação (política); linguagem sobre o método da história intelectual (contextualismo linguístico); e linguagem sobre qualquer outra posição que seja. Todas essas linguagens constituem juntas – em suas múltiplas interpenetrações e afastamentos, contrações e distensões, ênfases, minorações ou

mesmo desaparecimentos – os discursos de toda e cada tradição/linguagem em específico.

Pelo momento, continuemos a nos concentrar na linguagem da historiografia e seguir descortinando como exatamente essa linguagem se concatena com as demais (especialmente com as linguagens da filosofia e da política). Nesse intento, retomemos, por breves momentos, à interlocução entre Pocock e Kuhn, a qual passará por uma reviravolta.

Faço referência aqui ao fato de que, a partir de certo momento de sua trajetória intelectual, Pocock não mais identificará na noção kuhniana de paradigma o perfeito objeto de estudo da historiografia, qual seja: a impossibilidade de descolar o conceito de linguagem de uma pluralidade de atos de discurso. E isso é algo que muitos dos leitores de Pocock ignoram ou desconhecem. Pocock, ele mesmo, declara sobre essa temerosa aproximação com a teoria do paradigma de Kuhn: “já em 1971 eu nutria dúvidas de levá-lo muito a fundo, e eu sabia que essas dúvidas eram partilhadas pelo próprio Kuhn” (POCOCK, 2009a, p. XII. T.A.)<sup>16</sup>. E por quê? Toda a dificuldade é que a noção kuhniana de paradigma não se encaixaria – ao menos não como a princípio Pocock acreditava – com o tipo de análise avançado pela história do pensamento político, visto que a comunidade científica e a comunidade política difeririam em pontos seminais. E se é assim, se a noção de paradigma não consegue cobrir toda a complexidade da história do pensamento político, ela naturalmente não poderia convir como objeto priorizado pela historiografia.

Para começar, Pocock dá-se conta de que a comunidade política não constitui, rigorosamente falando, algo como uma verdadeira comunidade de investigadores. Diferentemente, ela se fundamenta numa “multiplicidade de situações-problema, de tal maneira que nenhum ‘paradigma’ consegue obter longo sucesso em excluir ou obstruir suas alternativas” (POCOCK, 2009a, p. XII. T.A.)<sup>17</sup>. A consequência é que vários paradigmas se encontram em uso ao mesmo tempo – por vezes competindo entre si, por outras não –, sem qualquer condição de que algum deles chegue a impor um só padrão metodológico, tal como se representasse a fiel imagem das soluções e dos problemas da comunidade do pensamento político da época (algo que pode ocorrer, e geralmente ocorre, no plano das ciências da natureza). “A palavra ‘paradigma’”, nesse novo enfrentamento da questão, concede Pocock, “perde então força como substantivo, embora continue a ser útil na forma adjetiva ou adverbial” (POCOCK, 2009a, p. XIII. T.A.)<sup>18</sup>. Para o nosso autor, isso pretende enunciar ao menos duas coisas. Em primeiro

lugar, se quisermos continuar a nos servir do conceito de paradigma, devemos empregá-lo cientes de sua “diversidade de função e diversidade de origem”, num uso que “permanece multifacetado e ambíguo”, conscientes de que os enunciados políticos do passado e do presente “são tais que podem convir a mais de um significado e constituir mais de uma ordem; de que eles são feitos de termos de várias origens, e carregam muitas implicações possíveis” (POCOCK, 1971, p. 23. T.A.)<sup>19</sup>. Em segundo lugar, e com mais importância ainda, todos esses condicionantes devem nos levar a conceber que a noção de paradigma, tal como utilizada no contexto científico, somente pode fornecer um “ponto de partida” para a reflexão de práticas alheias àquelas das ciências naturais, e “não uma ferramenta contínua, menos ainda um ‘paradigma’ por direito” (POCOCK, 2009a, p. XIII. T.A.)<sup>20</sup>.

Sem receio algum de voltar atrás em suas ideias, Pocock assim assume que “é possível que eu tenha criado um problema desnecessário aos outros, se não para mim mesmo, ao aplicar tão rigorosamente a noção de ‘paradigma’” (POCOCK, 2009d, p. 72. T.A.)<sup>21</sup>. Com efeito, é peculiar às ciências humanas – o autor passa a ter certeza disso – que nela possamos combinar uma série de paradigmas visando à explicação teórica, com uma interação inédita à que se passa no campo das ciências da natureza. Como Pocock sentiu na própria pele, a narrativa da história do pensamento político situa o seu investigador como, de saída, engajado num debate altamente cerrado, no interior do qual “as estruturas que convenientemente se nomeava por paradigmas” (POCOCK, 2009d, p. 73-74. T.A.)<sup>22</sup> se revelam “claramente não monolíticas”, à exceção dos “casos extrapolíticos [isto é, da antiga filosofia com pretensões perenes] onde o debate e o discurso simplesmente não ocorriam” (POCOCK, 2009d, p. 73-74. Colchetes meus. T.A.)<sup>23</sup>. Nosso autor então conclui: o conceito de paradigma, tal como elevado na história do pensamento científico, se é o caso de transportá-lo para a história do pensamento político, “precisa ser ou bem modificado ou bem abandonado” (POCOCK, 2009d, p. 74. T.A.)<sup>24</sup>.

Por tudo isso, aquele que se presta a objeto primordial da noção pocockiana de historiografia toma contornos patentemente políticos. Definitivamente, seu balizamento não é da ordem do tradicional sentido de paradigma ou paradigmático (o qual invoca um caráter excessivamente rígido e de subsunção estanque), e sim da ordem do jogo linguístico (dialógico, em aberto e de múltiplas interpenetrações). Compreendamos essa dimensão política da linguagem historiográfica na última seção do presente artigo.

### *Filosofia política e historiografia*

“A discussão de diferentes versões do passado e suas relações para com o presente”, explica Pocock, “é o que entendemos por historiografia” (POCOCK, 2009e, p. 204. T.A.)<sup>25</sup>. Para o pensamento historiográfico, “não existe nada pronto ou uma resposta tradicional” (POCOCK, 2009c, p. 153. T.A.)<sup>26</sup>.

À primeira vista, esta parece uma definição muito pobre do que seja a narrativa histórica. Mas não é. A título de comparação, observemos a atuação do tipo de historiador, digamos, pré-historiográfico – a quem se poderia classificar como historiador tradicionalista. “Se uma relação tradicional com o passado se rompeu”, afirma Pocock sobre esse tipo de historiador, “o primeiro instinto dos intelectuais da sociedade possivelmente seja de restaurá-la” (POCOCK, 2009c, p. 154. T.A.)<sup>27</sup>. E “em uma sociedade habituada a conceber leis universais e tradicionalmente bem suprida de conceitos dessas leis, essa pode ser a maneira natural e estabelecida de lidar com qualquer problema que requer solução nas relações entre o presente e o passado” (POCOCK, 2009c, p. 154. T.A.)<sup>28</sup> – ou seja, tão somente procurar meios de prolongar as tradições passadas. Não seria por outro motivo que em diversos momentos da história da humanidade tal tarefa da manutenção das tradições passadas não tenha exigido qualquer autonomia à figura do historiador. Em diversas ocasiões, “a tarefa da exposição será levada a cabo por qualquer classe de especialistas encarregados em manter o elemento de continuidade que fez surgir a relação para com o passado” (POCOCK, 2009c, p. 152. T.A.)<sup>29</sup> – classes como a de “advogados, padres, gramáticos ou qualquer outro que seja; e não haverá nenhuma necessidade de um historiador” (POCOCK, 2009c, p. 152. T.A.)<sup>30</sup>. Para este estratagema, argumenta Pocock, em realidade devemos “negá-lo o título de explicação histórica e ao invés disso usar o termo ‘racionalismo’; e, com os nossos olhos nos séculos XVIII e XIX [compreenda-se: com os olhos na revolução historicista alemã], tendemos a conceber o surgimento da historiografia como o progresso do racionalismo ao historicismo” (POCOCK, 2009c, p. 154. Colchetes meus. T.A.)<sup>31</sup>. E por qual razão possuímos essa “tendência” de apressadamente saltarmos diretamente para o historicismo alemão dos séculos XVIII e XIX?

Em grandes linhas, consoante à argumentação do especialista na matéria, Frederick Beiser, o historicismo alemão toma contornos de uma verídica revolução intelectual, porque

ele substituiu os antigos modos a-históricos de pensar, que prevaleceram da antiguidade à Idade Média, por uma nova modalidade histórica de pensamento, iniciada no meio do século XVIII. O antigo modo a-histórico de pensar via a natureza humana, a moral e a razão como absolutas, eternas e universais; o novo modo histórico compreende-as como relativas, mutáveis e particulares. Ao determinar as causas históricas e contextos de valores, crenças e ações, o historicismo demonstrou que sua própria identidade depende dessas mesmas causas e contextos. De modo que seria impossível generalizar valores e crenças para além de sua própria época, tal como se elas respondessem pela humanidade ou razão em geral. Qualquer crença em uma visão de mundo universal, em uma revelação natural, em um código moral absoluto, em uma lei de natureza ou religião natural, seria etnocêntrica, nascida de uma ilusória tentativa de ir além de sua própria época (BEISER, 2011, p. 1.T.A)<sup>32</sup>.

Acontece, contudo, para Pocock, que não será preciso esperar pelo pensamento germânico dos séculos XVIII e XIX a fim de nos depararmos com a modalidade de pensamento historicista. Quando o assunto é historicismo, tal inclinação de saltar diretamente para os séculos XVIII e XIX revela-se, para Pocock, pouco atenta a alguns importantes acontecimentos intelectuais prévios. Quais são eles?

Em “The origins of the study of the past: a comparative approach”, Pocock indica uma peculiar contemporaneidade de linguagens em torno aos debates constitucionais: já na França dos séculos XVI e XVII, a convivência entre “os extremos do racionalismo não-histórico e o florescimento da historiografia constitucional” (POCOCK, 2009c, p. 182. T.A)<sup>33</sup>. Isso quer dizer que ele identifica no solo intelectual francês desse período uma peculiar contemporaneidade de uma filosofia do direito a-histórica e algo como uma história historicista do direito. Pocock relata-nos como naquele ambiente social francês, diferentemente da Inglaterra, contavam-se distintas racionalizações de fundamentação das leis. E que essa particularidade francesa – esse é o cerne do argumento – teria se provado solo fértil para diferentes modos explicativos da continuidade do passado junto ao presente, e a razão para que uma historiografia constitucional tenha surgido antes na França do que em outras localidades.

A historiografia e o tipo de historiador a ela correlacionado serão, portanto, frutos de uma determinada espécie de sociedade: aquela em que se observa uma progressiva dependência do presente em relação a um multifacetado passado, nenhum desconforto em estabelecer discriminações e rupturas, em abandonar um eterno presente da razão. Para uma tradição como essa, faria todo sentido encetar algo como uma historiografia, visto que “se um fenômeno parece estar relacionado com dois passados,

ele não pode ser explicado em termos de continuidade com nenhum dos dois” (POCOCK, 2009c, p. 170. T.A.)<sup>34</sup>. No entender de Pocock, nada disso seríamos capazes de encontrar, por exemplo, na Atenas de historiadores ilustres como Heródoto e Tucídides. Dos historiadores da antiga Atenas, nosso autor observa:

quando seus historiadores passam a acreditar que nenhuma história poderia ser escrita a menos que fosse baseada em entrevistas com testemunhas oculares dos eventos descritos, não se tratava apenas que as recordações dos eventos passados e um modo de criticamente interpretá-los não existisse; quando Tucídides tratava os eventos do passado apenas para demonstrar que eles eram menores em magnitude do que os do presente, não se tratava apenas que a imagem de mundo grega fosse hostil a uma visão desenvolvimentista da realidade. Nessa interpretação, simplesmente faltava à sociedade grega o senso de uma dependência organizada do passado e os meios de estudar e interpretar essa dependência, os quais podem sobrevir somente numa sociedade onde há numerosas relações desenvolvidas e provavelmente institucionalizadas com o passado (POCOCK, 2009c, p. 159. T.A.)<sup>35</sup>.

Pergunto-me, todavia: não é intrigante que, ao menos quando da redação desse último texto que vem sendo citado (que é originalmente de 1962), o movimento humanista, e especialmente o humanismo florentino, não apareçam em momento algum como uma dessas figurações historiográficas? De fato, àquela altura de sua carreira, Pocock considera que “a tentativa humanista de descobrir modelos para imitação [notadamente a tradição romana] e a busca racionalista por princípios universais de jurisprudência conformavam uma unidade” (POCOCK, 2009c, p. 168. Colchetes meus. T.A.)<sup>36</sup>. E que, com isso, “perdemos a verdadeira convicção historicista segundo a qual a justificação da lei romana no presente [isto é, na época renascentista] reside em suas constantes adaptações e reformulações, o que a manteve viva e relevante para as necessidades presentes” (POCOCK, 2009c, p. 168. Colchetes meus. T.A.)<sup>37</sup>.

Interessante, no entanto, é constatar que pouco mais de dez anos passados a essas asserções, em seu mais reconhecido feito bibliográfico – em seu grandioso livro “The Machiavellian Moment”, originalmente de 1975 –, Pocock identificará no movimento humanista cívico florentino, e especialmente em Maquiavel, um fundamental capítulo da história do fazer historicista/historiográfico. Mais ainda do que isso, Pocock chegará inclusive a considerá-los como os legítimos vanguardistas do próprio pensamento historicista. Ao que tudo indica, é então a partir desse momento de sua trajetória intelectual que ele passa a conceber que ao menos uma parcela da tradição humanista (já nos séculos XV e XVI) substituirá a linguagem da justiça natural – de

uma jurisprudência vinculada a princípios naturais da sociabilidade humana – pela linguagem da ação política: da permanência das associações humanas condicionada ao enfrentamento das intempéries de um mundo em incessante e incontornável transformação. Todo o ponto, nesse caso, é: Pocock associará essa linguagem da política com a linguagem historicista, evidenciando que uma não vai sem a outra. Logo na primeira página do primeiro capítulo de seu “Machiavellian Moment”, declara o autor: “uma intenção que subjaz ao longo desse livro será de retratar o republicanismo do início da era moderna no contexto de um historicismo emergente” (POCOCK, 2003c, p. 3. T.A.)<sup>38</sup>. Pois

um componente vital da teoria republicana (...) consistia nas ideias do tempo, da recorrência de eventos contingentes dos quais o tempo era a dimensão, e da inteligibilidade das sequências (...) de acontecimentos particulares que formaram o que denominamos de história. É isso que torna possível chamar a teoria republicana como uma jovem forma de historicismo (POCOCK, 2003c, p. 3. T.A.)<sup>39</sup>.

Desta feita, porquanto parte de uma rede de crenças e jogo de linguagem, de um mundo em que as ações na história (linguagens) implicam-se reciprocamente, a historiografia não pode ir sem a filosofia política, do mesmo modo que a filosofia política não pode ir sem a historiografia. Esse entrecruzamento entre historiografia e filosofia política – manifesto em Maquiavel – é por nosso autor assim enunciado: “a linguagem me dá poder, mas um poder que não posso controlar inteiramente ou prevenir os outros de partilhá-lo. Ao desempenhar um ato verbalizado de poder [ou seja, ao enunciar uma interpretação do mundo, qualquer que seja ela], eu entro num regime [polity] de compartilhamento de poder” (POCOCK, 2009f, p. 39. Colchetes meus. T.A.)<sup>40</sup>. Pocock chega mesmo a asseverar que, nesse sentido, está empregando um dos “termos da política clássica, que é o vocabulário apropriado a ser utilizado quando acreditamos possuir iguais; [pois] os jogadores do meu jogo de linguagem desempenham o equivalente linguístico à ideia aristotélica de ‘governar e ser governado’” (POCOCK, 2009f, p. 41. Colchetes meus. T.A.)<sup>41</sup>. Não por acaso, a linguagem aristotélica será, de acordo com Pocock, a principal fonte a ser explorada e, sobretudo, lapidada (leia-se: despojada de sua doutrina finalista) pelos pensadores humanistas florentinos da Renascença. O detalhamento dessa linguagem aristotélica em Pocock e em suas fontes renascentistas, infelizmente, é um assunto que deverá ficar para outra ocasião.

## Conclusão

Conclui-se, finalmente, no presente artigo, por fortes indícios de que, para Pocock, (I) aquela autonomização da história do pensamento político proporcionada pelo contextualismo linguístico com relação à filosofia e à filosofia política vem acompanhada (II) de um patente movimento de historicização inclusive destas duas últimas. É o que curiosamente, em movimento reflexo, e estabelecendo uma relação não de subsunção senão de enredamento recíproco, (III) solicita à própria historiografia em *tomar parte de e ser implicada por* uma ontologia (o ser que pode ser conhecido) e uma teoria da ação (como e por qual razão agir).

Assim, Pocock não me parece discordar da tese segundo a qual o ser que pode ser compreendido é linguagem (tal é o argumento de que a realidade a ser conhecida é já sempre linguística). Também não me parece discordar da tese segundo a qual, antes de tudo o mais, a humanidade está exposta a seu próprio agir (tal é o argumento de que a linguagem é já sempre uma ação no mundo, a bem dizer, a própria produção do mundo da linguagem). Aquilo do que Pocock não abrirá mão, contudo, eu acredito, é de asseverar que ambos – ontologia e ação – precisam ser compreendidos em chave decididamente historiográfica: como a consciência de nossa dependência em relação a nosso passado efetivo (*la verità effettuale della cosa*) e suas múltiplas ações e implicações recíprocas (projetadas para o futuro, isto é, para o nosso presente).

Ora, essa não deixa de ser outra maneira de asseverar que entre as linguagens da ontologia, da ação e da historiografia (no limite, para toda linguagem possível) não resta qualquer atomismo semântico; antes, sim, a promoção do significado à dependência de uma espécie de holismo. Uma rede de crenças, no interior da qual tudo implica tudo, originando, enfim, uma tradição – como a tradição (filosófico/político/historiográfica) da qual faz parte Pocock.

## Referências

- BEISER, Frederick. *The German historicist tradition*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- BEVIR, Mark. *A lógica da história das ideias*. Tradução: Gilson de Sousa. Bauru: EDUSC, 2008 (1999).

COLISH, Marcia. The idea of liberty in Machiavelli. *Journal of the history of ideas*. Vol. 32, Num. 3, 1971, p. 323-350.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Tradução: Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 2016.

HEXTER, John. Il principe and lo stato. *Studies in the Renaissance*. Vol. 4, 1957, p. 113-138.

KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: Chicago University Press, 1962.

POCOCK, John. Languages and their implications: the transformation of the study of political thought. In: POCOCK, John. *Politics, language, and time*. Chicago: University of Chicago Press, 1971, p. 3-41.

POCOCK, John. O conceito de linguagem e o métier d'historien: algumas considerações sobre a prática. In: POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003a (1987), p. 63-82.

POCOCK, John. O Estado da Arte. In: POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003b (1985), p. 23-62.

POCOCK, John. Preface. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009a, p. XII-XVI.

POCOCK, John. The history of political thought: a methodological inquiry. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009b (1962), p. 3-19.

POCOCK, John. *The Machiavellian Moment: Florentine Political thought and the Atlantic Republican tradition*. Princeton: Princeton University Press, 2003c (1975).

POCOCK, John. The origins of study of the past: a comparative approach. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009c (1962), p. 145-186.

POCOCK, John. The reconstruction of discourse: towards the historiography of political thought. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009d (1981), p. 67-86.

POCOCK, John. Time, institutions and action: an essay on traditions and their understanding. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009e (1968), 187-216.

POCOCK, John. Verbalizing a political act: towards a politics of speech. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009f (1973), p. 33-50.

POCOCK, John. Working on ideas in time. In: POCOCK, John. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009g (1971), p. 20-32.

WITTGENSTEIN, Ludiwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (1953).

---

<sup>1</sup> Doravante citado como T.A.

<sup>2</sup> “The philosopher is interested in the thought produced in so far as it can be explained in strict rationality, and in establishing the limits within which this can be done. The historian is interested in men thinking about politics just as in them fighting or farming or doing anything else, namely as individuals behaving in society, whose recorded behavior can be studied by the method of historical reconstruction, in order to show what manner or world they lived in and why they behaved in it as they did”.

<sup>3</sup> “Highest attainable level of abstraction”.

<sup>4</sup> “Not yet capable of adopting a method which recognizes that there are different levels of abstraction at which thought takes place”.

<sup>5</sup> “Prisoner of a method which condemns one to explain political thought only in so far as it can be presented as systematic political theory or philosophy”.

<sup>6</sup> “Highest attainable rational coherence”.

<sup>7</sup> “One has grown familiar with the different languages of discussion that were in use, and the different levels of abstraction which they normally implied, one will be able to ascertain in which language and on which level a given controversy was conducted or a given thinker developed his or her ideas”.

<sup>8</sup> Pocock faz referência ao personagem da peça *Le bourgeois gentilhomme*, de Molière. Monsieur Jourdain é um burguês que almeja tornar-se aristocrata. Com esse fim, ele passa a se vestir como os aristocratas e a se portar com os costumes e modos destes.

<sup>9</sup> “A mental and linguistic construction capable of appearing with dramatic suddenness, which not only supplied the answers to questions, but determined what questions and kinds of questions should be asked – to the exclusion and occlusion of others – and so dictated the course of scientific inquiry, and even the structure and character of communities of scientific inquirers, until such time as the ‘paradigm’ should disintegrate and be replaced by another, in a process dramatic enough to deserve the name of ‘revolution’”

<sup>10</sup> “The ascription and definition of authority among the individuals and groups composing the ‘scientific community’.”

<sup>11</sup> “A new paradigmatic structure, a new language and a new distribution of authority within the scientific community”.

<sup>12</sup> “The transformation we can claim to be living through is nothing more or less than the emergence of a truly autonomous method, one which offers a means of treating the phenomena of political thought strictly as historical phenomena”.

<sup>13</sup> “What seemed to many, about 1956, the subversion of political philosophy by linguistic analysis helped to liberate the history of political thought by converting it from a history of systematization (“philosophy” in an old sense) into one of linguistic use and sophistication (“philosophy” in a new)”.

<sup>14</sup> “We are beginning to see historical daylight; and since it has been emphasized that much of the previous confusion originated in a confounding of the functions of the historian and the philosopher, it is gratifying to record that philosophic analysis was the agency which began to liberate the historian for the pursuit of his own method”.

<sup>15</sup> “What I had began to see was that first, that political argument – part of what is loosely termed ‘political thought’ – had been conducted in a plurality of languages, and has consisted in a plurality of language acts, all coming together to constitute the ‘history of political thought’; second, that one at least of these ‘languages’ had been a language of historical argument, joining with others to constitute a discourse of history, or ‘historiography’. I therefore opened up a gap between ‘political thought’ and ‘political theory’ or ‘philosophy’, and at the same time began to think of history/historiography as a form of ‘political thought’ and a constituent of its history”.

<sup>16</sup> “As early as 1971 I was doubtful about carrying it too far, and knew that these doubts were shared by Kuhn himself”.

<sup>17</sup> “A multiplicity of problem-situations so great that no one ‘paradigm’ can long succeed in excluding or occluding its alternatives”.

<sup>18</sup> “The word ‘paradigm’ thus loses force as a noun, though it may continue to be useful in adjectival or adverbial form”.

<sup>19</sup> “Diversity of function and diversity of origin (...) remains multivalent and ambiguous (...) are such that they may convey more than one meaning and be of more than one order; they are made up of terms of many origins, bearing many possible implications.”

<sup>20</sup> “Is a starting point (...) not a continuing tool; still less a ‘paradigm’ in its own right”.

<sup>21</sup> “It is possible that I made needless trouble for others, if not for myself, by applying the notion of ‘paradigm’ so rigorously”.

<sup>22</sup> “The structures it has been so convenient to call paradigms”.

<sup>23</sup> “Clearly not monolithically exclusive (...) extrapolitical cases where debate and discourse simply did not occur”.

<sup>24</sup> “The term ‘paradigm’, then, must be either modified or abandoned”.

<sup>25</sup> “The discussion of the alternative versions of the past and their relation to the present is what we mean by historiography”.

<sup>26</sup> “[yet this process] has failed to provide any ready-made or traditional explanation”.

<sup>27</sup> “If a traditional relationship with the past has been ruptured, the first instinct of society’s intellectuals may be to restore it”.

<sup>28</sup> “In a society habituated to conceiving of universal laws and traditionally well supplied with concepts of such laws, this may be the natural and established way of dealing with any problem in the relations of past and present that requires solution”.

<sup>29</sup> “[the task of exposition] will be carried out by whatever class of specialists is charged with maintaining the element of continuity which has given rise to the past-relationship”.

<sup>30</sup> “By lawyers, priests, grammarians or whatever it may be; and there will be no need of a historian”.

<sup>31</sup> “Deny this the title of historical explanation and use some such terms as ‘rationalism’ instead; and, with our eyes on the historiography as a progress from rationalism to historicism”.

<sup>32</sup> “It replaced the older ahistorical ways of thinking, which had prevailed from antiquity throughout the Middle Ages, with a new historical way of thinking, which had begun in the middle of the eighteenth century. The older ahistorical way of thinking saw human nature, morality and reason as absolute, eternal and universal; the new historical way regarded them as relative, changing and particular. Historicism, in determining the historical causes and contexts of values, beliefs and actions, showed how their very identity depends upon those causes and contexts. Hence it was impossible to generalize values and beliefs beyond one’s own age, as if they somehow held for humanity or reason in general. Any belief in a universal worldview, a supernatural revelation, an absolute moral code, a natural law or natural religion, was ethnocentric, arising from an illusory attempt to leap beyond one’s own age”.

<sup>33</sup> “The extremes of unhistoric rationalism and an efflorescence of constitutional historiography”.

<sup>34</sup> “If a phenomenon appears to be related to two pasts, it cannot be explained in terms of continuity with either of them”.

<sup>35</sup> “When its historians came to believe that no history could be written unless based on interviews with eye-witnesses of the events described, it was not merely that records of past events and modes of critically interpreting them did not exist; when Thucydides treated of events in the past only to demonstrate that they were less in magnitude than those of the present, it was not merely that the Greek world-picture was hostile to a developmental view of reality. Greek society, on this interpretation, simply lacked the sense of organized dependence on the past, and the means of studying and interpreting this dependence, which can come only in a society where there are a number of developed and probably institutionalized past-relationships”.

<sup>36</sup> “The humanist attempt to discover models for imitation and the rationalist search for the universal principles of jurisprudence were all one”.

<sup>37</sup> “We miss the truly historicist conviction that the justification of Roman law in the present lies in the constant adaptations and restatements which have kept it alive and relevant to present needs”.

<sup>38</sup> “A sustained intention throughout this book will be that of depicting early modern republican theory in the context of an emerging historicism”.

<sup>39</sup> “A vital component of republican theory (...) consisted of ideas about time, about the occurrence of contingent events of which time was the dimension, and about the intelligibility of the sequences (...) of particular happenings that made up what we should call history. It is this which makes it possible to call republican theory an early form of historicism”.

<sup>40</sup> “Language gives me power, but power which I cannot fully control or prevent others of sharing. In performing a verbalized act of power, I enter upon a polity of shared power”.

<sup>41</sup> “In terms of classical politics, which is the appropriate vocabulary to use when we believe ourselves to have equals; the players of my language game are performing the linguistic equivalent of Aristotle’s ‘ruling and being ruled’.”

Artigo recebido em 03 de maio de 2020.  
Aceito para publicação em 04 de fevereiro de 2021.